

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA

**À CPL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU.
PARECER – ASSESSORIA JURÍDICA.**

ASSUNTO – MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE REFLETORES DE LED (COM MUDANÇAS DE CORES ATRAVÉS DO CONTROLE REMOTO), TENDO EM VISTA AS DATAS PARA EXIBIÇÃO NA FACHADA DO PRÉDIO DA CMA, RELACIONADOS A DETERMINADOS MESES COMO SETEMBRO (VERDE), OUTUBRO (ROSA), OUTUBRO (ROSA), NOVEMBRO (AZUL) E DEZEMBRO (VERMELHO) DE INTERESSE SOCIAL E DE ESTABILIZADORES, PARA ATENDER NECESSIDADES SOLICITADAS PELA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARACAJU, UTILIZANDO O CRITÉRIO DE MENOR PREÇO POR ITEM, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

PARECER 50/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Aracaju, em atenção ao que dispõe o artigo 38, Parágrafo Único e inciso VI da Lei n.º 8.666 de 21 de Junho de 1993, e suas posteriores alterações, encaminha à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Aracaju, para exame e aprovação, da – minuta do edital de pregão eletrônico nº xx/2021, que tem por objeto registro de preços visando a aquisição de refletores de led (com mudanças de cores através do controle remoto), tendo em vista as datas para exibição na fachada do prédio da CMA, relacionados a determinados meses como setembro (verde), outubro (rosa), outubro (rosa), novembro (azul) e dezembro (vermelho) de interesse social e de estabilizadores, para atender necessidades solicitadas pela diretoria administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Aracaju, utilizando o critério de menor preço por item, de acordo com especificações e condições no edital e seus anexos.

O processo supracitado possui Estudo técnico Preliminar, Orçamentos e o respectivo mapa comparativo, Comunicação Interna do departamento Administrativo para o Gabinete da Presidência, solicitando a abertura do referido processo, portaria da Comissão, Minuta do edital, Análise do Controle Interno e solicitação de Parecer Jurídico.

Compulsando os autos é possível verificar alguns pontos que merecem atenção, vejamos:

1- O Estudo Técnico Preliminar menciona no item 11.2 um prazo contido no item 12.1, mas o referido item relaciona-se às sanções administrativas aplicáveis.

Pça: Olímpio Campos, 74 – CENTRO CEP. 49010-010 Fone (079) 211-9538



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA

2- No que tange aos orçamentos destaque-se para a necessidade de verificar a validade daqueles relacionados aos estabilizadores;

3- A Comunicação Interna solicitando a autorização para a abertura do processo licitatório relacionado a estabilizadores possui uma justificativa de apenas 3 (três) linhas que não corrobora com a legislação vigente. Visto que a norma utilizada para dar andamento ao processo exige informações a serem explicadas na justificativa para a realização do referido procedimento. Recomenda-se, portanto, adequá-la.

4- O Termo de Referência, vale destacar que este possui justificativa que copia o escrito no item “Descrição e Necessidade de Contratação” contido no Estudo técnico preliminar;

Assim sendo, repete-se a recomendação quanto a necessidade de serem explicadas na justificativa para a realização do referido procedimento.

No referido Termo de Referência consta como sanção o impedimento de contratar com o Município. Contudo, recomenda-se adequar o referido item e restringir apenas as contratações com o Poder Legislativo Municipal deste Município.

5- No que se refere à Análise Técnica do Controle Interno nº 36/2021, o Coordenador do Controle Interno aponta no item 1 a ausência do Ato que regulamenta o pregão eletrônico publicado e a referida recomendação não fora atendida;

6- No que se refere a Ata vale dizer que em vários pontos foram mencionados o termo “fornecimento”, sendo que o referido processo é de aquisição.

É o relatório.

Passo a opinar.

Diante da análise da documentação acostada, deve-se alertar sobre o dever de licitar a que todas as entidades integrantes da administração pública, direta e indireta, devem obediência, ato que decorre do próprio sistema constitucional e ganha contornos mais definidos à luz da legislação. Basta singela leitura do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

Tal obrigação encontra sua razão de ser na imperiosa necessidade de se assegurar igual oportunidade a todos os eventuais interessados em celebrar contratos com a administração,



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA**

mediante disputa - garantia da observância do princípio constitucional da isonomia - bem como proporcionar à Administração, em decorrência da possível competição entre eventuais licitantes, a seleção da proposta que lhe seja mais vantajosa. É o que, de resto, está consignado no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93.

Desta forma, fica evidente que sempre que for possível realizar licitação, não restará alternativa a não ser realizá-la. Não é por outro motivo que a Lei de licitações, quando quis facultar ao administrador a possibilidade discricionária da realização ou não de licitação, estipulou expressamente os casos de dispensa de licitação, e, mais adiante estipulou os casos de inexigibilidade de licitação, que para alguns autores trata-se verdadeiramente de licitação proibida.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Cumprido observar que a licitação em apreço busca respaldo na Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, bem como o Decreto Federal 3555/00 e Lei complementar 123/06. Vale lembrar, a necessidade de acrescentar e verificar que o Ato em vigor nesta Casa Legislativa deve ser utilizado.

É de bom alvitre destacar que o Sistema de Registro de Preços busca respaldo no art. 15 da Lei 8.666/93 e no Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013, vejamos:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA**

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4 o A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5 o O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6 o Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7 o Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Assim sendo, compulsando os autos do processo licitatório em comento, vale destacar que se torna indispensável observar o artigo acima colacionado, vez que traz a base para aplicação do sistema escolhido para tal licitação.

O referido sistema traz a possibilidade de o gestor conduzir um procedimento licitatório com o devido planejamento, evitando, desta maneira, as urgências para o atendimento das necessidades da Administração Pública.

Vale destacar que, tendo em vista ser uma possibilidade de apenas registrar os preços mais acessíveis e em conformidade com o mercado, não será necessário comprometer o orçamento com empenho global do valor licitado, pois, desta maneira, ficaria descaracterizado o sistema utilizado.

Deve-se considerar que a obtenção da proposta mais vantajosa busca observância fiel ao princípio da isonomia, já que a compra a ser realizada será para uma futura contratação, em que a Administração Pública firmará um compromisso por meio de uma “Ata de registro de preços”, onde se precisar de determinado produto registrado, o licitante vencedor estará obrigado ao fornecimento dentro do prazo de validade da referida Ata.

Cabe esclarecer que é de bom alvitre evitar o fracionamento devendo a Administração identificar, dentro do que for previsível, os objetos de mesma natureza ou natureza similar a



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA**

serem contratados ao longo do exercício financeiro, utilizando a modalidade pertinente ao somatório dos valores estimados.

Neste passo, após a homologação da referida licitação, é importante destacar que a Ata de Registro de Preços não deverá ser superior a doze meses, incluída eventuais prorrogações, bem como que o contrato decorrente da referida ata deverá cumprir os ditames da lei de Licitações e Contratos, o instrumento convocatório, bem como que sua assinatura deverá ser realizada no referido prazo, vejamos o art. 12 do Decreto 7.892/13

Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993 .

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 .

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 .

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços. Quanto a especificação do objeto da licitação vale trazer à baila o §5º do art. 7º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. (grifo nosso)

E ainda:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA**

É de bom alvitre destacar que o Decreto 8538/14 regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da administração pública federal. O tratamento diferenciado e favorecido das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é uma previsão contida na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 170, IX e 179, e busca impulsionar a atuação das pequenas empresas no mercado. Podemos utilizá-lo como analogia no que for pertinente.

O art. 37, XXI da Magna Carta institui normas para as licitações e os Contratos administrativos, destacando a proibição de preferências no ato licitatório, buscando o fiel cumprimento do princípio da competitividade, grande pilar edificador deste procedimento, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

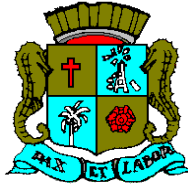
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Assim sendo, compulsando os autos do processo licitatório em comento, vale destacar que se torna indispensável observar o artigo acima colacionado, para que haja a fiel aplicabilidade do princípio da competitividade.

Conforme dito anteriormente, destaque-se para a necessidade de rever os pontos em destaque no Relatório, tendo em vista ter sido realizada uma acurada análise de todo o processo enviado via e-mail.

Cabe salientar a necessidade de o Setor técnico responsável e solicitante dos materiais verificar se as cotações realizadas condizem com a necessidade desta Casa Legislativa, para que não ocorra erro neste processo.

Vale dizer que é importante analisar a minuta do edital, bem como a compatibilidade da minuta do contrato com o edital, para não divergir informações e, por fim, destaque-se sobre a possibilidade de as declarações em anexo ao edital constarem em campo próprio do sistema do pregão eletrônico.



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU
ASSESSORIA JURÍDICA**

Cabe esclarecer que é de bom alvitre evitar o fracionamento devendo a Administração identificar, dentro do que for previsível, os objetos de mesma natureza ou natureza similar a serem contratados ao longo do exercício financeiro, utilizando a modalidade pertinente ao somatório dos valores estimados.

Recomenda-se que sejam realizadas comparações quanto às especificações dos itens orçados e do objeto, para que não incorra em erro algum quanto à necessidade desta Câmara Municipal.

Por todo o exposto, opinamos pela legalidade e validade do Edital referente ao Pregão Eletrônico de nº xx/2021, desde que respeitadas as recomendações do Controle Interno e da Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa.

S.M.J.

É o parecer.

Aracaju, 18 de outubro de 2021.

José Gomes de Britto Neto
Procurador Jurídico Geral